



Morcegos e borboletas: indagações semióticas sobre o Teste de Rorschach

Clark Mangabeira*

Resumo: O teste de interpretação de formas fortuitas de Rorschach foi idealizado por seu autor simplesmente a partir da prática psiquiátrica de aplicação das pranchas a diversos pacientes com doenças mentais variadas e sem maiores preocupações teóricas, na busca por uma codificação de uma zona de normalidade das funções mentais. O presente artigo pretende analisar o Teste de Rorschach do ponto de vista da semiótica, utilizando-se, principalmente, as obras de Ferdinand de Saussure, Charles Sanders Peirce e Roman Jakobson. Para além da proposta psicológica do teste, o objetivo do artigo é trazer-lhe novas considerações a partir da teoria dos signos e da linguística, visando aprimorar as considerações teóricas sobre as pranchas de Rorschach, focando nas questões abrangentes sobre o signo na obra de Saussure, e sobre o ícone, índice e símbolo da obra de Peirce, bem como nas funções da linguagem propostas por Jakobson. O objetivo central é, longe de tentar responder a todas as questões que cercam o teste, apresentar algumas considerações analíticas que podem trazer novos aspectos para a dinâmica da interpretação das formas, considerando-se, ao mesmo tempo, o polo do examinado e do examinando, e a interação que se forma entre ambos quando da aplicação do teste, além das dimensões linguísticas peculiares a cada um daqueles polos.

Palavras-chave: Rorschach, signo, funções da linguagem

EM AGOSTO DE 2009, James Heilman, um médico canadense, publicou no site americano *Wikipedia* as dez pranchas que compõem o teste de Rorschach, levando-o a ser investigado pelo conselho regional de medicina por falta de profissionalismo. Por um lado, os queixosos afirmavam que Heilman estava quebrando o sigilo do teste e comprometendo sua confiabilidade. Por outro, em sua defesa, Heilman afirmou que tenta desmistificar a profissão de psicólogo e trazer a investigação científica para a seara do método.

O caso é emblemático, dadas as amplas discussões que envolvem o teste desde sua criação, nos anos 20, pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach. O próprio autor afirmou que seu método basear-se-ia em análises empíricas, faltando-lhe, ainda, investigações teóricas (Rorschach, 1967, p. 11).

Nesse sentido, tal qual afirmou Roman Jakobson sobre a afasia (1994b) – de que os questionamentos linguísticos podem ser aplicados a quaisquer situações que envolvam, de alguma forma, a linguagem –, o conjunto de pranchas de Rorschach são signos visuais que podem ser questionados a partir da Semiótica para esclarecer, para além dos objetivos psicológicos do

teste, sua estrutura comunicativa e os polos de significado que caracterizam a comunicação entre paciente e analista, mediada pelo conjunto das dez pranchas.

Nosso objetivo, antes de quaisquer pretensas tentativas de exaurir as características e controvérsias que rondam o teste, é lançar luz e elucidar um plano de fundo teórico a partir do qual os questionamentos semióticos sobre o mesmo podem ser entendidos e fazer sentido. Nesta tentativa, primeiro abordaremos as características gerais do teste, tal qual descritas originalmente por seu autor, para em seguida o interpretarmos com base na Semiótica e, posteriormente, analisarmos dois exemplos de interpretação em contextos distintos para clarear as definições feitas.



O teste foi concebido única e exclusivamente a partir da prática psiquiátrica do seu autor, sendo os resultados e a técnica compilados na obra *Psicodiagnóstico* (1967), cuja primeira edição, em alemão, data de 1921. Fruto da experiência de décadas, ele consiste em uma interpretação de formas fortuitas, ou seja, formadas ao acaso, mas que obedecem a certas regras de confecção: as pranchas foram feitas a partir de borrões de

* Museu Nacional/UFRJ . Endereço para correspondência: (mangabeira.clark@gmail.com).

tinta simétricos, dotados de força plástica no sentido de que, resultando em formas simples, possibilitam a atividade interpretativa do paciente. No âmbito deste artigo, focaremos nos padrões de respostas registradas de indivíduos considerados normais por Rorschach, valendo ressaltar que seu trabalho engloba uma série de dados de outros indivíduos com distintas perturbações mentais, sejam orgânicas – como dados acerca de esquizofrênicos –, sejam psicológicas – como respostas de pacientes depressivos. Contudo, a avaliação da normalidade é base para a classificação das repostas e enquadramento das mesmas na categoria normal ou não-normal e suas especificações.

Para Rorschach (1967), a simetria é fundamental para o sucesso do teste, pois estimula a interpretação do borrão como uma só cena, equaliza o ponto de partida dessa interpretação para todos os pacientes e confere às figuras “ritmo” que, embora necessário, tem a desvantagem de estereotipar e agir sobre as interpretações. Objetiva-se forçar o examinando a não ver apenas “manchas” sem significado, mas visualizar algo a mais.

A aplicação do teste é simples: o médico pergunta “o que poderia ser isto?” e o paciente recebe as pranchas em suas mãos, podendo movimentá-las à vontade, em qualquer direção, devendo, apenas, mantê-las a distância de, no máximo, um braço. Ele tem liberdade para falar à vontade sobre os borrões, sobre o que eles poderiam ser: a partir do que for visto, a prova teria a capacidade de examinar, separadamente, diferentes componentes da inteligência do paciente.

Os examinandos creem que a prova situa-se no âmbito de um teste de imaginação. Contudo, argumenta Rorschach (1967), a interpretação de formas fortuitas está no contexto da percepção e das ideias. A imaginação é um fator que, estimulada ou não pelo médico, agirá nos indivíduos imaginativos, enquanto os pobres dessa função não a usarão. Entretanto, os resultados de ambos poderão ser comparados, pois, como está se testando as percepções, o conceito que lhes dá base é que estas têm origem na impressão que os borrões passam, ao mesmo tempo em que se ligam a sensações antigas de experiências anteriores.

Desse modo, haveria três processos inter-relacionados na percepção: sensação, evocação e associação. A percepção seria “uma assimilação associativa de engramas disponíveis (imagens recordação) a complexos de sensações recentes” (Rorschach, 1967, p.17), e o teste, como percepção, avaliaria exatamente a assimilação desses dois níveis, caracterizada pelo autor como um amplo trabalho intrapsíquico que dá àquela percepção seu caráter interpretativo.

Rorschach (1967) delimita um nível ou *zona de normalidade* quanto à interpretação: nos seus termos, os doentes mentais orgânicos, os débeis, maníacos, dentre outros, além de alguns indivíduos por ele considera-

dos normais ou acometidos por estados ou momentos afetivos diversos, não interpretam as imagens, mas as definem. Não há, nestes casos, interpretação propriamente dita – visto que esta depende da assimilação intrapsíquica entre as sensações atuais provocadas pela figura e um conjunto de antigas –, mas simples percepções: enquanto a primeira envolve a consciência do trabalho de assimilação, a segunda, não tem consciência do mesmo.

Os indivíduos dentro da zona de normalidade interpretativa, uma zona que delimitará também os padrões de resposta a partir dos quais a exata “normalidade” do paciente como um todo e o padrão de sua inteligência e personalidade serão analisados, falam de interpretação das figuras, enquanto o grupo *outsider* quer apenas reconhecer imagens. Tanto a interpretação quanto a percepção simples são baseadas em associações, sendo, contudo, a primeira, um caso especial da segunda. As diferenças entre interpretar e perceber devem ser medidas casuisticamente, individualmente, de modo que a interpretação de formas fortuitas é, em um nível mais amplo, uma prova de percepção.

O ponto nevrálgico do teste é o aspecto e as propriedades formais das respostas: o conteúdo das interpretações dos pacientes, seu aspecto material, deve ser analisado por último e, mesmo assim, “todos esses dados, no fundo, são noções de natureza formal, que surgem da comparação entre a forma e o conteúdo das interpretações” (Rorschach, 1967, p. 241). Na busca por um panorama das funções de percepção e concepção, o examinador faz um *psicograma formal* pautado em propriedades específicas das respostas, independentemente da presença ou não do paciente: um médico pode aplicar o protocolo, por exemplo, em um país, e enviar as respostas a outro médico, em outro país, para serem analisadas, pois o exame segue determinada ordem de indagações a partir das quais as respostas são verificadas.

A primeira indagação a ser registrada é sobre o número de respostas, a quantidade de recusas de pranchas e o tempo de duração entre a exibição da figura e a fala do paciente. A segunda, se a resposta foi determinada pela forma, sensação de movimento e/ou cor das imagens. Em terceiro, se o borrão foi interpretado como um todo ou em partes e, neste caso, quais partes. E, por último, o conteúdo, o que efetivamente foi visto, o que, como o autor já delineou, apenas prevalece como parte do ponto de vista formal.

O número de respostas não interfere muito, para o autor, no processo de associação, pois dependeria mais do estado afetivo. O importante a ser registrado é o padrão da interpretação e sua decomposição nos fatores forma, cor, movimento e generalidade do que foi visto, a partir dos quais o resultado do protocolo será dado. A maioria dos indivíduos, Rorschach (1967) afirma, privilegia a forma dos borrões, seja a dele como um

todo, seja a de um detalhe seu. Idealmente, o examinando escolhe do seu conjunto de imagens-evocações aquela que mais se aproxima do que está vendo na figura e os associa. Esse tipo de resposta é denominado resposta-forma (F) e, por ser a maioria e para evitar conjecturas subjetivas do examinador, o autor montou, estatisticamente, a partir do protocolo de cem indivíduos normais, uma zona de normalidade – tal qual a zona já citada da interpretação – com base no número das formas que aparecem com mais frequência, classificadas como F+. Como o teste foi construído para permitir a avaliação da inteligência, um dos seus componentes é a acuidade da visão de formas a qual, num contexto superficial, é atrapalhada por distúrbios eufóricos e facilitada por perturbações depressivas.

Se as interpretações forem determinadas tanto pela percepção da forma do borrão, quanto por uma sensação de movimento do mesmo, trata-se de outra categoria, as respostas-movimento (K), as quais o paciente está condicionando por uma cinestesia. A descrição de uma forma com uma associação posterior de movimento não é do tipo K: o movimento deve necessariamente ser sentido, como, por exemplo, a resposta “dois anjos batendo asas”, que difere do tipo “um pato que cai na água”. A primeira é do tipo K, enquanto a segunda é do tipo F. Na primeira, o borrão foi efetivamente, segundo Rorschach (1967), definido pela forma e pelo movimento, a segunda elucida apenas a forma da figura à qual foi, posteriormente, adicionado um movimento. A diferença para se classificar corretamente a interpretação é pautar-se por aquilo que teve participação primária na sua determinação e, em caso de dúvida, deve-se compará-la com respostas seguramente do tipo K.

As respostas-cor são aquelas cuja determinação sofre influência das cores da prancha. São de três tipos: se a interpretação foi determinada primariamente pela forma e co-determinada pela cor, deve ser anotada como resposta forma-cor (FC); no caso da cor ser o elemento principal de percepção pelo paciente, embora a forma não fique negligenciada, trata-se de uma resposta cor-forma (CF) – conforme o exemplo dado por Rorschach (1967), “um ramalhete de flores”, enquanto uma resposta apreendida a partir do vermelho do borrão –; quando a interpretação pauta-se apenas na cor, são respostas primárias de cor (C), como no caso de “o céu”.

O modo de apreensão das imagens divide-se em: respostas-globais (G), se o borrão for interpretado como um todo; respostas-detalle (D), quando versam sobre partes da figuras; e repostas de pequeno-detalle (Dd), com interpretações das menores partes da prancha. Há, ainda, outra classificação: as G primárias são as respostas que levaram em consideração a figura como um todo abarcando o maior número possível de detalhes; as G confabulatórias partem de um detalhe

para chegar ao todo, mas compreendem a totalidade da figura; nas G sucessivo-combinatórias percebe-se, em primeiro lugar, alguns detalhes que, posteriormente, são correlacionados. Ademais, as respostas de formas intermediárias I (DbI) são aquelas que apreenderam o espaço em branco existente no borrão, e as de pequeno detalhe oligofrênico (Do) se referem a partes do corpo humano em figuras que outros indivíduos viram imagens humanas inteiras. Destaca-se, ainda, que a sucessão de respostas consideradas normais é a que segue a ordem G – D – Dd, com variações de quantidade de cada uma delas, como veremos.

Por fim, quanto ao conteúdo das interpretações, Rorschach (1967) afirma que a maioria das formas vistas são as de animais, mas que, contudo, esta percentagem serve apenas como “índice de estereotipia”, ao lado das quais há repostas originais que aparecem apenas à proporção um para cem entre indivíduos normais.

Até aqui, elucidamos rapidamente os principais fatores do teste. Passaremos a relacioná-los, enfim, com outros elementos na tentativa de buscar bases teóricas que nos permitam entendê-lo de um ponto de vista semiótico e, paralelamente, tornem claras algumas críticas que sugeriremos.



O primeiro ponto sobre o qual devemos nos deter é o repetido e enfatizado aspecto formal do teste. Rorschach (1967) não se cansa de explicar estas propriedades e, conforme os elementos do protocolo elucidados, todo conteúdo das respostas são recodificados em classificações formais – forma, cor, movimento, modo de apreensão – para servir à análise do examinador.

Do ponto de vista da teoria dos signos, o teste de Rorschach compreende dois momentos complementares: primeiro, a apresentação da prancha ao paciente que o interpreta e, segundo, a interpretação do examinador sobre as respostas que o examinando lhe deu. O substrato do teste são os aspectos formais das respostas do examinando, que, por sua vez, partem da percepção das figuras, o que evolve, como nos disse o autor (1967), a seleção, evocação e associação da figura a complexos de imagens-sensações antigos presentes no aparelho psíquico do paciente.

A famosa distinção de Ferdinand de Saussure (1971) entre a língua e a fala, sendo esta uma função do falante, um ato individual que combina os códigos daquela, da língua, encarada como uma convenção, a parte social da linguagem, um sistema de signos no qual significado e significante unem-se, ajuda-nos a esclarecer o aspecto formal do teste. Segundo Saussure, todas as ciências que operam com valores possuem uma dualidade interna, um eixo sincrônico, das simultaneidades, no qual se prioriza as relações entre as

coisas coexistentes sem a ação do tempo, e um eixo diacrônico, das sucessões, onde não se considera apenas uma coisa, mas todas as coisas com suas transformações. Assim, a linguística da língua seria sincrônica, pois “a sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho” (Saussure, 1971, p. 106), e sua lei, sendo geral, apenas comprova o estado das coisas, constatando relações lógicas e psicológicas.

Dessa forma, a fundamentação do teste de interpretação de formas fortuitas assenta-se no aspecto sincrônico, similarmente à linguística da língua. Interessado apenas nas formas e rejeitando o conteúdo das interpretações, o examinador dispensa as características materiais e confere atenção às regularidades, relações lógicas e psicológicas formais das respostas, decodificando os elementos constituintes em uma espécie de “gramática formal” das propriedades de cor, forma, movimento e apreensão. Todo o resto é dispensado e a avaliação final mantém-se no eixo das simultaneidades ou paradigmático.

As palavras que compõem a interpretação são destinadas e se associam em grupos que possuem relações entre si do ponto de vista do examinador. Por exemplo, se um indivíduo interpretar uma prancha qualquer como “morcego”, e outro a mesma prancha como “borboleta”, é indiferente do ponto de vista das relações associativas, pois ambas são figuras de animais vinculadas a formas, anotadas, pois, como F (forma) + G (apreensão global), como se houvesse uma estrutura em forma de convenção a partir da qual as associações entre os borrões e a mente do paciente, formando uma resposta, são classificadas.

Partindo, agora, para a dinâmica interna do teste, comecemos pelo polo do examinando, mais especificamente, pela relação que ele estabelece com o borrão: deve-se restituir o panorama da fala nesta relação, pois, a despeito do caráter formal do teste, as interpretações dos pacientes sobre as figuras são faladas para o examinador. A partir do signo visual nasce um signo verbal – dos quais falaremos adiante – que será compilado pelo analista.

No ato de falar, Jakobson (1994a) afirma que há a seleção de determinadas entidades linguísticas e sua combinação em outras unidades mais complexas. A primeira destas atividades, a seleção, é feita a partir do repertório do código comum tanto ao destinatário quanto ao remetente da mensagem verbal, um código que não foi inventado pela pessoa que o utiliza. A segunda atividade, a combinação, confere maior liberdade ao usuário do código que pode correlacionar diferentes signos linguísticos em enunciados e frases. Estamos, pois, na seara dos modos de arranjos dos signos linguísticos, a combinação – pois todos os signos aparecem combinados com outros, servindo de contexto para unidades mais simples, e estando em

um contexto proposto por uma unidade mais complexa –, e a seleção – uma escolha entre termos alternativos que implica a possibilidade de substituição de um pelo outro.

O teste de Rorschach é circular: a mensagem parte do médico para/sobre a prancha, da prancha para o paciente, e do paciente de volta para o médico. Para a combinação e a seleção das unidades linguísticas, a partir da apresentação das pranchas e da pergunta do examinador (“o que poderia ser isto?”), pelo examinando, é necessário um contexto de contiguidade para que a transmissão da mensagem seja assegurada. O destinatário final do teste – o médico que recebe a resposta do paciente – sabe que o enunciado dado pelo remetente – no caso, o paciente que interpreta a figura – é uma combinação de partes selecionadas do grupo de signos que estão ligados por diferentes graus de similitude. Conforme asseverou Jakobson (1994a, 1995b), a partir dessas duas operações, duas referências servem para interpretar o signo: uma ao código e outra ao contexto.

Parece-nos que é a referência ao código o elemento interpretante valorizado pelo teste, a relação interna de similitude que permite a seleção e substituição das unidades linguísticas, em detrimento da relação externa da combinação e do contexto, pois, como Rorschach defendeu citando Bleuler:

As percepções têm suas origens no fato de, as sensações ou seja grupos de sensações provocarem a euforia das imagens-recordação de antigos grupos de sensações, de tal modo que despertam em nós um complexo de lembranças de sensações cujos elementos se acham intimamente ligados a experiências anteriores e que se diferenciam de outros grupos de sensações. Na percepção encontramos, pois, os três processos: os de sensação, os de evocação e os de associação – A identificação de um complexo de sensações juntamente com suas conexões é o que chamamos de idéia. Ela abrange, também, o conceito mais restrito de percepção (Rorschach, 1967, p. 17).

A associação de possíveis imagens-recordação a sensações recentes encontra-se no plano da seleção de signos unidos por similitude, no qual o paciente escolheria o signo verbal semelhante, mais próximo do que lhe parece ser o signo visual, e oalaria ao médico, que, por sua vez, o interpretaria psiquiatricamente. É o próprio Rorschach (1967) quem afirma que o examinador deve insistir para que o examinando dê ao menos uma interpretação para as pranchas, estimulando a seleção do repertório de signos e sua expressão em enunciados verbais passíveis de interpretação analítica. Para tal, obviamente, é fundamental que tanto o analista

quanto o analisado compartilhem do mesmo código linguístico, para que haja entendimento da mensagem.

O médico foca, portanto, na interpretação das qualidades formais dos signos verbais enunciados, avaliando as faculdades de percepção e concepção dos indivíduos e deixando em segundo nível a contiguidade no momento da aplicação do teste – haja vista que, como citado, não é necessário presenciar o ato da fala para que se possa interpretar as respostas dadas – e, mais amplamente, o contexto cultural onde o paciente se situa: é priorizada a capacidade de selecionar as unidades linguísticas, enquanto a combinação é desprezada pelo médico, seja entre os enunciados, seja no interior da frase.

Por exemplo, a mesma pessoa pode falar que a mesma prancha é “um morcego” e também “dois guerreiros de armaduras que lutam um contra o outro” (Rorschach, 1967, p. 141). A avaliação recairá sobre cada uma dessas respostas independentemente, sem importar o contexto a partir do qual elas foram selecionadas do repertório linguístico – e sensorial – do indivíduo, muito menos o nível da combinação entre elas ou das unidades linguísticas dentro delas como fica mais claro, por exemplo, no enunciado “dois anjos, anjos-ursos polares” (Rorschach, 1967, p. 175), no qual não importa a coerência ou incoerência do contexto sintático do enunciado. O agrupamento semântico será protocolado formalmente, guiado pela zona de normalidade que avalia a potência da percepção e concepção do analisado a partir da seleção das unidades linguísticas a partir da semelhança com a imagem.

Saindo desses aspectos mais amplos do teste e mergulhando nas unidades que o compõem, convém destacar a importância da noção de signo. Saussure (1971) caracterizou o signo linguístico como uma entidade indissolúvel formada por um significante e um significado, uma imagem acústica e um conceito, sendo o primeiro a impressão psíquica do som, a representação que os sentidos nos dão do segundo, do conceito. A característica principal dessa união seria, ainda para Saussure, a arbitrariedade do signo, ou seja, o caráter arbitrário da união entre significado e significante, sem laços naturais na realidade. Paralelamente, o oposto do signo, nestes termos, é o símbolo que “tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado” (Saussure, 1971, p. 82).

Essa união arbitrária, esse princípio fundamental de ausência de relação entre som e significado, foi contestada por vários linguistas. Jakobson (1995a) nos chama a atenção para a perspicácia de Charles Sanders Peirce que também estabeleceu uma distinção entre as “qualidades materiais” do signo – seu significante – e seu “intérprete imediato” – o significado –

sem, entretanto, reduzir a relação de ambos à pretensa arbitrariedade saussuriana. Segundo Peirce (1955a, 1972a), para bom entendimento da relação entre som e significado, não há como privilegiar a noção de arbitrariedade em detrimento das diferenças colocadas pelos fatores tempo e espaço. Sua teoria traz a concepção do objeto ao qual se refere o signo para o seio da discussão, não existindo uma delimitação tão precisa entre língua e fala: há uma relação posicional entre significado e significante, uma relação contextual que leva em consideração quem fala, sobre o que se fala e a flexão entre o som e o sentido.

Peirce (1955a, 1972a) caracteriza o signo ou *representamen* como algo que representa alguma coisa para alguém, produzindo novos signos. Na relação que os signos estabelecem com seus objetos, os “algos” que representam, o autor dividiu-os em três grupos principais – ícones, índices e símbolos – que, antes de se excluírem mutuamente, são funções que estão em relação hierárquica entre si dependendo de cada signo observado.

O ícone é um signo cujo objeto encontra concretude nele próprio. O *representamen* possui propriedades, qualidades, que denotam uma imagem do objeto que representa. O objeto e o signo possuem uma similaridade, e o ícone opera, nas palavras de Jakobson (1995a; 2001), por uma semelhança de fato entre o seu significante e o seu significado. Em outras palavras, o ícone possui um caráter que o torna significativo por ser semelhante ao objeto como, por exemplo, no caso de composições pictóricas, imagens: não há, aqui, conexão dinâmica com o objeto, mas “ocorre simplesmente que suas qualidades [do ícone] fazem lembrar as daquele objeto e despertam no espírito sensações análogas àquilo a que se parecem” (Peirce, 1972b, p. 129).

O índice possui uma conexão real com seu objeto: ele o indica, se refere a ele por ter sido afetado. Nessa relação referencial, na qual o índice relaciona-se factualmente a outra experiência, ele pode possuir um aspecto icônico, conter um ícone, por ter caracteres próprios, mas importa e evidencia-se, objetivamente e hierarquicamente, sua propriedade indexical como elemento dominante. O índice perderia seu caráter semiótico caso seu objeto fosse eliminado, pois não possui uma semelhança significativa com este já que se trata de uma associação por contiguidade de fato entre o significante e o significado, tal qual ressalta Jakobson. Ele possui uma conexão factual e dinâmica com um objeto individual e, depois de estabelecida, o interpretante nota este par orgânico e o índice apresenta-se como algo formado na sua mente.

Por fim, o símbolo (diferente do símbolo saussuriano) é o fundamento do significado e depende do interpretante. Ele se refere ao objeto por força de uma convenção, de uma lei, de uma “contiguidade

instituída, apreendida entre significante e significado” (Jakobson, 1995a, p. 101). É uma idéia convencionada ou regra geral que esclarece um conjunto de coisas a partir da regularidade que a lei infere, sendo aplicado a tudo que possa concretizar a ideia a ele relacionada. Contudo, trata-se de um tipo de coisa e não indica ou identifica qualquer objeto em particular, nem estabelece qualquer conexão factual: este signo relaciona-se com seu objeto por força única e exclusiva daquela lei estabelecida.

Relacionados a estes três grupos, Peirce (1955b) destacou três modos de ser ou categorias de atitudes mentais. A primeira delas, a categoria de *firstness*, consiste num ser positivamente subjetivo conglobante das qualidades auto-suficientes do fenômeno, da essência, sentido e potencialidade do objeto. Predomina na ideia de qualidade e de sensação, ou melhor, das qualidades enquanto possibilidades, realizadas ou não. A sensação é um estado, um tipo de consciência, uma potencialidade abstrata que é apreendida pelo pensamento. O *firstness* relaciona-se ao ícone enquanto qualidade semelhante ao objeto que denota.

A segunda categoria vincula-se aos fatos reais. Enquanto as qualidades são vagas e potenciais, no *secondness* há uma ocorrência individual no tempo e espaço, um fato, no qual predominam as noções de causa e força estática. Possui um caráter relacional dentro de uma realidade que força o conhecimento de algo como diferente da mente criadora. É a influência do mundo dos fatos e das experiências que modificam nossa forma de pensar, conjugada, pois, ao índice pela contiguidade de fato expressa entre o signo e o objeto, este afetando aquele.

Já o *thirdness* expressa as leis, convenções, os fatos gerais que, enquanto gerais, relacionam-se ao mundo potencial da qualidade e, enquanto fatos, ao mundo real da realidade, sendo, entretanto, algo separado da qualidade e da ação da mesma forma que estes também estão separados entre si. É a ideia do significado, irredutível às qualidades ou ações, presente na mente interpretante. Resvala, pois, no conceito de símbolo enquanto convenção ou contiguidade instituída e, ao mesmo tempo, evoca-nos a relação triádica entre ícone, índice e símbolo e o aspecto hierarquizante (e não independente) entre estes três níveis semióticos no plano do elemento dominante que serve para a classificação dos signos, pois “um símbolo pode comportar um ícone ou um índice [acrescentemos, de nossa parte, ‘ou os dois ao mesmo tempo’] a ele incorporados” (Peirce *apud* Jakobson, 2001, p.116). Com tais conceitos em mente, voltemos a Rorschach.

Ainda no polo do examinando, a primeira etapa do teste é a captação da sensação que o paciente tem ao observar as pranchas. Trata-se de uma imagem, como vimos, simétrica, para a qual o examinado tem completa liberdade para interpretar. Obviamente, trata-se

de um tipo de signo que, embora visual, compartilha das mesmas questões colocadas acima sobre os signos em geral. Segundo Jakobson (1995a), tanto a percepção de signos visuais quanto a de signos auditivos ocorrem no espaço e no tempo, contudo, no caso dos primeiros, o espaço tem uma dimensão prioritária, visto que o complexo visual envolve vários constituintes que são percebidos simultaneamente.

Nesta percepção, por se tratar de uma imagem, a atividade contemplativa do paciente dá-se no sentido da aproximação da síntese visual ao signo sob contemplação. Há uma atividade seletiva de imagens que se assemelham ao borrão. Trata-se, pois, para o paciente, de um ícone, um signo que se aproxima de seu objeto por semelhança, com qualidades próprias que são similares ao do objeto que ele evoca. A atividade mental de *firstness*, enquanto vinculada à noção de qualidade e sensação, é a “ativada” pelo ícone, pois, a partir da sensação, o examinando evoca – seleciona – signos similares e os associa por semelhança.

Rorschach, protocolando as respostas de um acadêmico de 29 anos, nos diz que elas foram: “um morcego”, “duas figuras grandes com casacos esvoaçantes, junto a uma bacia”, “uma cavalgada sobre o Monte Calvo” e, por fim, “dois anões que se movimentam um ao encontro do outro” (Rorschach, 1967, p. 135). Todas essas definições partiram do aspecto de similitude – icônico – da figura com as imagens mentais do paciente. Destaca-se, por conseguinte, que, para o examinando, o signo visual é um ícone e não há contiguidade entre as respostas: elas são, cada uma *per se*, uma sensação transformada em signo verbal a partir da similaridade entre a figura e o que ela lembra.

Paralelamente, como dito, há uma motivação do médico para que o paciente interprete a figura. A associação não é livre, arbitrária nos termos de Saussure: ao contrário é a partir da figura e dos pedidos do médico que a interpretação é feita. Desta forma, o borrão pode ser lido, além de como um ícone, como um símbolo saussuriano, através da necessária vinculação provocada entre o conceito e a imagem.

Já no polo do examinador, importam-lhe as respostas sobre as figuras, os novos signos – verbais – produzidos da interpretação do examinando. Elas foram decompostas, no caso do exemplo acima e na mesma ordem, em: “G, F+, A”, “G, K, H”, “Dd, K+, H” e “D, F+, H”. Cada letra representa, como vimos, uma forma, uma propriedade formal da interpretação que é o centro da análise do médico. Contudo, não estamos mais em contexto de signos icônicos.

Cada um dos aspectos formais *indica* algo sobre o indivíduo. A forma (F) é índice da acuidade da visão de formas; o movimento (K), da produtividade do indivíduo e, com base no tipo de movimento, o movimento de distensão indicaria pessoas ativas com forte instinto de valorização, enquanto a percepção de movimentos

de flexão apontaria para passividade e resignação. A percepção de figuras animais é índice de estereotipia, sendo que baixa percentagem de animas apontam para disposições eufóricas ao passo que o contrário orienta para disposições depressivas.

As respostas-cor em sentido amplo são tidas como índice de afetividade: aqueles que possuem afetos mais estáveis dariam poucas destas respostas e os que se caracterizaram por uma labilidade dos afetos, dariam muitas respostas-cor. A resposta-cor em sentido estrito (C), aquelas definidas unicamente pela cor, surgiriam como índices de impulsividade, ao passo que as respostas cor-forma (CF) indicariam irritabilidade e sensibilidade e as respostas forma-cor (FC) denotariam a capacidade de contato afetivo e aproximação afetiva com o meio-ambiente.

Outro índice da normalidade da inteligência do examinando é o modo de apreensão das formas no sentido do todo para as partes (G - D - Dd). Tal sucessão indicaria habilidade de lógica, o maior número de Dd indicaria anormalidade, bem como a apreensão das formas intermediárias, do espaço em branco no interior das figuras (Dbl) denotaria tendência a oposição, enquanto as respostas de pequeno detalhe oligofrênico (Do), quando associadas a respostas de boa qualidade, indicariam a inibição de pensamento ao passo que, ao lado de respostas neutras, debilidade mental.

Com pedidos de desculpas ao leitor pelo uso excessivo da palavra índice e suas variações, tal uso, contudo, não foi desmotivado. As respostas decodificadas são índices no sentido peirciano: no caso factual, concreto, há uma associação por contiguidade de fato entre significante e significado, entre o tipo formal de percepção evocado nas respostas e a qualidade da inteligência, aquela indicando esta. Por exemplo, respostas-cor e afetividade formam um par orgânico que é visto pelo interpretante, o médico, indissociavelmente, e, outro exemplo, o “morcego” visto pelo

acadêmico e decodificado como “A” pelo médico indica a disposição à estereotipia desse indivíduo.

Outro ponto que ainda se destaca destas considerações é a vinculação entre a resposta “A” e a estereotipia, para ficarmos no exemplo acima. Rorschach (1967) parte dessa vinculação apenas dos casos analíticos, sem qualquer base teórica. Não há arbitrariedade entre esses sentidos, mas um movimento vinculado, não-arbitrário, simbólico no sentido dado por Saussure (1971). Se voltarmos às respostas sobre o modo de apreensão, por exemplo, a percepção simultânea da composição espacial da imagem obedeceria, segundo Jakobson (1995b), um conjunto de etapas que se iniciariam na seleção de determinados detalhes com vistas à chegada ao todo, sendo a integração sintética total da figura a última fase, o objetivo do contemplador, que faria a transposição de uma sucessão de eventos para a simultaneidade sincrônica visual. Ao contrário, Rorschach (1967) considera como índice de normalidade a apreensão da figura que se dá do global para o detalhe. Independente da tensão entre ambas as concepções, discussão que foge do nosso propósito, o possível embate aponta, mais uma vez, para as questões da concepção simbólica saussuriana da vinculação entre a ordem G - D - Dd com a normalidade no sentido de ser algo motivado a partir dos testes experimentais.

Além do aspecto indéxico, as respostas possuem um aspecto simbólico no sentido peirciano. O indivíduo saudável é a regra a partir da qual as doenças são classificadas. Há uma zona de normalidade, uma convenção na qual os aspectos formais decodificados de todas as respostas de todas as pranchas - os índices -, somados em termos de percentagem ou quantidade, estão dentro da regra geral, da convenção - símbolo - que funciona no âmbito da categoria *thirdness* (ver figura 1).

Normais	F%	K%	C	G	Apr.	A%	Orig. %
Inteligente	80 - 100	5 e mais	1-3FC; 1-2CF; 0 C	7 - 10	G - D	20 - 35	20 - 30
Média	70 - 80	2 - 4	1-3FC; 0-1CF; 0 C	4 - 7	G - D	30 - 55	0 - 20 + -
Não inteligentes	60 - 70	0 - 2	1-3FC; 1-3CF; 0-1C	3 - 4	DG - D	50 - 70	0 - 20 -

Reproduzimos acima parte da tabela-síntese que apresenta todas as classificações de acordo com os tipos formais das respostas, no caso, a parte mais importante para as dimensões deste trabalho tendo

em vista nosso propósito de nos atermos à classificação da normalidade dada por Rorschach (1967). Na zona de normalidade, a totalidade das respostas em seu aspecto formal é veiculada ao tipo de indivíduo

de que trata a convenção. O acadêmico que viemos usando como exemplo é classificado pelo autor do método como “inteligente” através das respostas tomadas como índices dentro desta convenção. Tal característica simbólica permite, por exemplo, a análise e classificação dos indivíduos independentemente do médico que conduziu o teste. Nos sete fatores da tabela, o examinando pode se afastar para mais ou para menos dos valores médios, cujas diferenças individuais exprimem as proporções nas quais se misturam os aspectos da inteligência daqueles tidos como normais, ou as características dos tipos variados de patologias. Deste modo, enquanto para o paciente o teste possui um caráter icônico, para o médico ele tem um aspecto indéxico-simbólico, nos termos da classificação proposta por Peirce (1955a, 1972a, 1972b), cada polo, pois, estando em atitudes ou categorias mentais distintas do ponto de vista do elemento semiótico dominante em cada extremidade da prova.

Por fim, convém ressaltar a função da linguagem a qual examinador e examinado se referem. Jakobson (1994a) elucida seis diferentes funções que a mensagem pode apresentar predominantemente dependendo do ato de que se trata. A função referencial veicula-se ao contexto, àquilo de que se fala. A função emotiva evoca uma expressão da atitude daquele que está falando – o remetente da mensagem –, suscitando a impressão da emoção do falante. Já a conativa foca no destinatário da mensagem, encontrando expressão mais óbvia, gramaticalmente, nos casos de imperativo e vocativo. A fática testa o canal através do qual a mensagem está ocorrendo, com vistas a prolongar ou interromper a comunicação. A função metalinguística diferencia a linguagem-objeto, aquela que trata das coisas, e a metalinguagem, a que fala da linguagem; o domínio desta função deriva da necessidade de se testar o código que está sendo usado, de verificar se remetente e destinatário estão usando o mesmo código, como no caso de explicações sobre uma palavra. Por último, a função poética foca na própria mensagem, a mais próxima da arte verbal.

Neste quadro, as respostas que o examinador avalia são encaradas, primordialmente, do ponto de vista da função emotiva, já que, para ele, as interpretações estão expressando algo sobre quem está falando, no caso, o paciente. Exatamente por assim encarar a prova, um teste que explicita as sensações daquele que está sendo examinado, o médico pode classificar a normalidade ou patologia de acordo com o que lhe foi apresentado.

Por outro lado, como o próprio Rorschach (1967) afirmou, o paciente encara a prova como um trabalho de imaginação, preocupado em traduzir verbalmente o que está vendo. Neste polo, parece-nos que prevalece a função referencial, no sentido de que está se falando *sobre* uma figura, descrevendo-a – contexto/objeto a

que se refere –, e a metalinguagem, pois, como se trata da tradução em signos verbais de um signo visual, o remetente está falando sobre a própria linguagem, está falando sobre um signo usando outro para descrevê-lo ou traduzi-lo. Destarte, não apenas no sentido semiótico estão médico e paciente em lados diferentes, como também a forma como encaram a prova do ponto de vista da função que a mensagem adquire é distinta.

Na circularidade da prova, passa-se do domínio do ícone ao índice-símbolo e da função referencial-metalinguística à emotiva dependendo do lado de que se olha a partir da figura: aquele que a vê ou aquele que ouve sobre ela. Longe de exaurir respostas sobre a prova de interpretação de imagens fortuitas, buscamos apenas elucidar alguns breves comentários sobre a mesma a partir da ciência dos signos. Por último, sobra como indagação a rentabilidade do teste quando aproximado do trabalho dos antropólogos.



Já é antiga, no estudo da linguagem primitiva, a lição de Malinowski (1972) que chama nossa atenção para a importância do contexto da língua falada, o “contexto de significação” onde a língua é posta em prática, seja no seu sentido mais amplo, como fruto da cultura, seja no momento circunstancial no qual a fala ocorreu, pois “uma declaração falada na vida real, jamais será desligada da situação em que ela foi proferida” (Malinowski, 1972, p. 304), havendo uma ligação intrínseca entre fala e situação, o que compreendemos que abrange não apenas as circunstâncias imediatas do proferimento, mas mediatamente toda a cultura que lhe dá base.

Em 1932, Margaret Mead aplicou um teste de Rorschach a Unabelin, um membro do grupo Arapesh, que interpretou a prancha I como “a parte de um peixe”, “a parede da casa cerimonial”, “a cabeça de um porco ou canguru”, “o traseiro de uma raposa voadora”, “postes das casas”, “as axilas de um homem”, “um grande pedra em um rio”, “algo transformando-se em um porco” e “emanharados de cipó em uma árvore” (Mead, 1949, p. 371).

Apesar de usar o teste e os panoramas de Rorschach de maneira clássica, a antropóloga não deixou de fazer anotações sobre as respostas que levavam em consideração a cultura do ponto de vista do conteúdo, como, por exemplo, a vinculação entre a temática da transformação com temas mitológicos comuns naquele contexto de significação, para usarmos Malinowski. Embora ainda timidamente, a leitura que Mead fez sobre as interpretações da prancha I, fala sobre especificidades culturais, como a citada transformação sobrenatural ou a interpretação da figura como uma pedra denotando uma associação cultural que simboliza a própria comunidade.

Será que Mead buscava usar o teste também do ponto de vista do conteúdo das respostas, fugindo um pouco da retórica de Rorschach? Forma e conteúdo devem, pois, ser tratadas no mesmo patamar? O “contexto de significação” mais amplo, cultural, visto a partir do trabalho etnográfico e evidente através do material das respostas é relevante para melhorar o teste? Essas perguntas são apenas vislumbres de possíveis indagações. Contudo, finalizamos com uma última reflexão: seriam os esquimós, por distinguirem sessenta e sete tons de branco, extremamente sensíveis? Consideramo-nos suspeitos de responder. ●

Referências

- Jakobson, Roman
1994a. Linguistics and poetics. *Language in Literature*. Londres: Harvard University Press, p. 62-94.
- Jakobson, Roman
1994b. Two aspects of language and two types of aphasic disturbances. *Language in Literature*. Londres: Harvard University Press, p. 115-133.
- Jakobson, Roman
1995a. On the relation between visual and auditory signs. *On Language*. Londres: Harvard University Press, p. 467- 473.
- Jakobson, Roman
1995b. Quest for the essence of language. *On Language*. Londres: Harvard University Press, p. 407-421.
- Jakobson, Roman
2001. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Malinowski, Bronislaw
1972. O problema do significado em linguagens primitivas. Suplemento I. *O significado do significado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 295-330.
- Mead, Margaret
1949. *The Mountain Arapesh V*. The Record of Unabellin with Rorschach Analyses. Vol. 41: parte 3. Nova Iorque: Anthropological Papers of the American Museum of Natural History.
- Peirce, Charles Sanders
1955a. Logic as semiotic. The theory of signs. *Philosophical Writings of Peirce*. New York: Dover Publications, p. 98-119.
- Peirce, Charles Sanders
1955b. The principles of phenomenology. *Philosophical Writings of Peirce*. New York: Dover Publications, p. 77-97.
- Peirce, Charles Sanders
1972a. Classificação dos signos. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, p. 93-114.
- Peirce, Charles Sanders
1972b. O ícone, o indicador e o símbolo. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, p. 115-134.
- Rorschach, Hermann
1967. *Psicodiagnóstico*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Saussure, Ferdinand de
1971. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

Dados para indexação em língua estrangeira

Mangabeira, Clark

Bats and Butterflies: Semiotic Issues in the Rorschach Test

Estudos Semióticos, vol. 7, n. 2 (2011), p. 34-43

ISSN 1980-4016

Abstract: *The Rorschach test of interpretation of random forms was conceived by its author simply from the practical application of the boards to psychiatric patients with different mental illnesses, without any major theoretical concerns, in the search for the codification of a zone of normality of the mental functions. This article analyzes the Rorschach Test from a semiotic point of view, mainly referring to the works of Ferdinand de Saussure, Charles Sanders Peirce and Roman Jakobson. Beyond the psychological approach to the test, this article aims at providing new considerations based on the theory of signs and linguistics, in order to contribute with the improvement of theoretical considerations on the Rorschach boards, by focusing on Saussure's concept of sign, Peirce's concepts of icon, index and symbol, and Jakobson's functions of language. The main objective is, far from trying to answer all the questions surrounding the test, to present some analytical considerations that may add new aspects to the dynamics of the interpretation of forms, considering at the same time the positions of the examiner and the examinee and the interaction that takes place between them when the test is being applied, including the language dimensions peculiar to each of those positions.*

Keywords: *Rorschach, signs, functions of language*

Como citar este artigo

Mangabeira, Clark. Morcegos e borboletas: indagações semióticas sobre o Teste de Rorschach. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 7, Número 2, São Paulo, novembro de 2011, p. 34-43. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 18/01/2011

Data de sua aprovação: 13/05/2011
